

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PARFOR EQUIDADE
SEGUNDA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Bruna Candiá Saad

**EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JUIZ DE FORA:
fotografias da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora na década de 1950**

Juiz de Fora

2026

BRUNA CANDIÁ SAAD

**EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JUIZ DE FORA:
fotografias da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora na década de 1950**

Trabalho de Formação Docente (TFD)
apresentado como requisito parcial para
conclusão da Segunda Licenciatura em
Educação Especial Inclusiva (Parfor
Equidade), sob orientação do Prof. Dr.
Rodolfo Luis Leite Batista.

Juiz de Fora/MG, 30 de janeiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodolfo Luis Leite Batista
Universidade Federal de Juiz de Fora
Orientador

Profa. Ma. Raquel Xavier Grazzinoli
Universidade Federal de Juiz de Fora
Avaliadora

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MARCOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	9
2.2. FOTOGRAFIA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES: A IMAGEM COMO FONTE PARA A PESQUISA EDUCACIONAL.....	12
3. MÉTODO.....	13
4. ANÁLISES: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA PESTALOZZI A LUZ DOS DOCUMENTOS.....	17
4.2 ANÁLISES DAS FOTOGRAFIAS.....	22
4.3 O QUE AS FOTOGRAFIAS NOS DIZEM.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	40

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar aspectos históricos socioculturais da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora – atual Escola Estadual Maria das Dores de Souza, a partir da leitura semiótica e documental de fotografias pertencentes ao acervo institucional. Desenvolvida como Trabalho Final de Docência do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva da Universidade Federal de Juiz de Fora, esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza documental, articulando referenciais da história da educação especial, da cultura escolar e da teoria da imagem. As fotografias foram tratadas como documentos históricos, compreendendo a fotografia como um artefato material e simbólico capaz de revelar práticas, valores e significados sociais. O método incluiu descrição técnica das imagens, contextualização histórica, leitura semiótica e análise das condições institucionais que atravessaram o funcionamento da escola entre as décadas de 1950 e 1970. Os resultados evidenciam a presença marcante de elementos religiosos, práticas de disciplinamento, atividades pedagógicas específicas e transformações no perfil dos alunos ao longo do tempo, especialmente após as políticas de inclusão escolar. Conclui-se que as fotografias constituem um importante dispositivo de memória, permitindo compreender tanto a historicidade da educação especial no município quanto às mudanças estruturais que afetaram o público atendido pela instituição.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Especial. Cultura Escolar. Fotografia. Juiz de Fora.

1. INTRODUÇÃO

A história das instituições escolares é atravessada por práticas, discursos e políticas que configuram modos de ensinar, aprender e compreender as diferenças no espaço educativo. Quando se trata da educação especial, esse movimento torna-se ainda mais complexo, pois envolve disputas conceituais, mudanças paradigmáticas e tensões entre modelos integradores e inclusivos. No Brasil, as escolas especiais desempenharam um papel central na escolarização de pessoas com deficiência durante grande parte do século XX, tornando-se espaços híbridos entre filantropia, assistência, caridade, ciência e educação. Nesse cenário, compreender a trajetória histórica de instituições locais é tarefa fundamental para iluminar práticas que persistem, rupturas que se consolidam e memórias que continuam atuantes no presente.

A antiga Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora, atual Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza, insere-se nesse contexto como uma instituição marcante na constituição da educação especial no município e na região. Criada na década de 1950, em um momento em que políticas estatais, iniciativas filantrópicas e demandas sociais se entrecruzam para possibilitar a escolarização das chamadas “crianças excepcionais”, a instituição acompanhou, ao longo das décadas, as mudanças normativas e conceituais do campo. Atualmente, a instituição atende majoritariamente moradores das residências terapêuticas¹ de Juiz de Fora, muitos deles sobreviventes do Hospital Colônia de Barbacena, o que demonstra uma ressignificação do papel social da escola. Embora ainda mantenha práticas pedagógicas e atividades voltadas ao desenvolvimento dos sujeitos, sua função assume contornos mais amplos, relacionados à socialização, ao cuidado e à convivência comunitária de pessoas com históricos de institucionalização psiquiátrica.

A partir de uma perspectiva histórica e semiótica, torna-se possível revisitar esse percurso para compreender como práticas pedagógicas, concepções de deficiência, valores religiosos, atividades sociais e arranjos institucionais foram

¹ Residências Terapêuticas ou Serviços Residenciais Terapêuticos – SRT: moradias comunitárias destinadas a pessoas com transtorno mental em processo de desinstitucionalização, ofertando acompanhamento psicossocial, ações de reabilitação e inserção social. Os SRT fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial e têm amparo na Lei nº 10.216/2001 e nas normativas do Ministério da Saúde que regulamentam os serviços residenciais terapêuticos e suas modalidades. Em Juiz de Fora, o processo de implantação dessas residências integra a política municipal de saúde mental e a estratégia de redução da institucionalização.

sendo construídos e materializados nos documentos e fotografias que compõem seu acervo.

Este Trabalho Final de Docência (TFD), apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora, no âmbito do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, nasce do entrecruzamento entre minhas memórias profissionais, inquietações acadêmicas e experiências vividas no cotidiano escolar. O interesse pela pesquisa foi sendo construído a partir da minha atuação como professora da disciplina de Sociologia na Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza, nos anos de 2023 e 2024, período que se revelou decisivo não apenas para minha prática docente, mas também para minha trajetória formativa e pessoal.

A vivência diária na escola, marcada pelo convívio com os estudantes, pelo trabalho coletivo com a equipe pedagógica e pelas relações estabelecidas no cotidiano institucional, despertou em mim um envolvimento que ultrapassou os limites da função profissional. Foi nesse espaço que o afeto se apresentou como dimensão constitutiva do processo educativo, orientando práticas, escutas e aprendizados. A experiência de ensinar, nesse contexto, foi também a experiência de aprender com os estudantes, com suas singularidades, tempos e modos próprios de estar no mundo.

Foi justamente a partir dessas vivências, atravessadas pelo afeto e pela reflexão crítica, que se consolidou o desejo de aprofundar minha formação na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva. A atuação na escola evidenciou a necessidade de ampliar meu repertório teórico e pedagógico, levando-me à escolha consciente pela Segunda Licenciatura, entendida como continuidade e aprofundamento de um percurso que já vinha sendo construído na prática.

Paralelamente, o contato com a história material da instituição expressa em documentos antigos, fotografias deterioradas, registros arquivados e relatos de funcionários despertou o interesse em compreender a trajetória histórica da escola e de seu público. Aos poucos, tornou-se evidente que a identidade atual da Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza é profundamente marcada pela herança das antigas Escolas Reunidas Pestalozzi, legado que permanece presente nas práticas, nos discursos e na organização institucional, embora ainda seja pouco estudado, pouco divulgado e, muitas vezes, pouco compreendido.

Dessa forma, este trabalho se constrói na articulação entre experiência profissional, envolvimento afetivo e investigação acadêmica, reconhecendo que pensar a educação especial e inclusiva implica considerar a história das instituições, as memórias que as atravessam e, sobretudo, os sujeitos que as constroem cotidianamente. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que se origina do chão da escola e do compromisso ético e sensível com uma educação que reconhece a diferença como constitutiva do processo educativo.

Essa inquietação se intensificou diante das transformações ocorridas no campo da educação especial a partir da década de 1990, quando legislações como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva passaram a orientar a inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares. A ampliação do acesso educacional por meio de políticas inclusivas, embora necessária e historicamente reivindicada, produziu efeitos colaterais no modelo de atendimento das escolas especializadas. Em muitas delas, observou-se um processo gradual de esvaziamento, especialmente em municípios onde as redes comuns ampliaram sua capacidade de acolhimento. Esse movimento alcançou diretamente a Escola Maria das Dores, cujo número de alunos diminuiu significativamente ao longo dos últimos anos. Atualmente, a instituição atende majoritariamente pessoas oriundas das residências terapêuticas de Juiz de Fora, entre elas sobreviventes e ex-internos do Hospital Colônia de Barbacena, um dos maiores símbolos nacionais da violência manicomial.

A presença desses sujeitos, muitos marcados por histórias de exclusão, abandono, institucionalização e sofrimento, confere à escola uma especificidade singular. O que antes era um espaço voltado ao atendimento educacional de crianças e adolescentes com deficiência tornou-se, nas últimas décadas, um espaço de convivência, cuidado, socialização e escolarização tardia de adultos e idosos com trajetórias atravessadas pela psiquiatria institucional. Essa transformação chama atenção para o modo como a instituição ressignificou suas funções ao longo do tempo, do mesmo modo, em que preservou certos valores históricos, como o acolhimento, a proximidade afetiva e a atenção às singularidades dos sujeitos atendidos.

Diante desse cenário, emergiu o problema de pesquisa que orienta este trabalho: como a trajetória histórica da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora, registrada em documentos e fotografias entre as décadas de 1950 e 1970, revela

práticas, concepções e valores que ainda influenciam a identidade e o funcionamento da atual Escola Estadual Maria das Dores de Souza? Essa pergunta amplia-se para uma reflexão maior sobre como a memória institucional, inscrita em imagens, continua produzindo sentidos na contemporaneidade, mesmo em um contexto profundamente atravessado pela política de inclusão escolar.

O objetivo geral deste estudo consiste em reconstruir e analisar aspectos da história da Escola Pestalozzi de Juiz de Fora, destacando suas dimensões religiosas, sociais e pedagógicas a partir de um conjunto de documentos textuais e fotográficos do acervo escolar. De maneira articulada, busca-se interpretar as imagens e registros como signos dotados de significados culturais e institucionais, capazes de revelar práticas educativas, concepções de deficiência e representações sociais que marcaram a formação da educação especial no município.

Os objetivos específicos incluem: identificar os elementos simbólicos presentes nas fotografias; compreender o papel da religiosidade e da filantropia na constituição da instituição e analisar as práticas pedagógicas fundamentadas no método intuitivo e nas influências de Helena Antipoff.

A justificativa do estudo encontra-se, portanto, na necessidade de preservar e interpretar a memória escolar para compreender as continuidades e rupturas na história da educação especial em contexto local. Em tempos de políticas inclusivas, em que o papel das escolas especializadas é constantemente debatido, revisitar a trajetória das Escolas Reunidas Pestalozzi é uma forma de iluminar o passado para compreender o presente. Além disso, trata-se de uma instituição que desempenhou um papel pioneiro no atendimento às pessoas com deficiência em Juiz de Fora, articulando saberes pedagógicos, práticas assistenciais, iniciativas filantrópicas e políticas públicas, uma *articulação* que ecoa, ainda hoje, nas práticas adotadas pela Escola Maria das Dores de Souza.

Desse modo, a presente pesquisa articula memória profissional, investigação histórica e análise documental para resgatar uma parte significativa da história da educação especial no município. Ao valorizar os documentos fotográficos e textuais do acervo escolar, reafirma-se a importância das escolas como espaços produtores de memória e identidade, bem como a relevância da fotografia como fonte historiográfica. Mais do que reconstruir fatos, busca-se compreender sentidos que, apesar do tempo, continuam moldando a escola, seus sujeitos e suas práticas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MARCOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A construção deste estudo apoia-se em referenciais que articulam história da educação especial, cultura escolar, semiótica e análise documental, considerando a fotografia como fonte histórica e como objeto de interpretação. A compreensão da trajetória da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora, atual Escola Estadual Maria das Dores de Souza, exige um diálogo com bases conceituais que permitam situar a instituição em seu contexto histórico, social e pedagógico, bem como analisar os documentos visuais e textuais enquanto registros significantes de práticas sociais, culturais e educativas.

No campo da educação especial, a reflexão sobre o atendimento às pessoas com deficiência no Brasil envolve necessariamente um retorno às políticas que moldaram o cenário escolar desde o início do século XX. Conforme apontado pelas pesquisas de Beatriz Gomes de Souza (2023) e Luana Teixeira Lobato (2025), a constituição da Escola Pestalozzi não foi um fenômeno isolado, mas resultado de um conjunto de articulações entre filantropia, poder público e setores da sociedade civil, em um período marcado por forte influência do modelo “médico e psicológico, de caráter eminentemente diagnóstico e ajustatório, e por políticas voltadas à normalização dos sujeitos considerados ‘anormais’” (Souza, 2023, pp. 33-34) conforme o conhecimento hegemônico daqueles campos de saber.

Um dos principais marcos legais desse período é o Decreto n.º 7.970-A, de 1927. Esse decreto regulamentava a educação de pessoas com deficiência no Brasil, estabelecendo categorias como os “débeis orgânicos” e os “retardados pedagógicos” (Souza, 2023, p. 35). Ao prever a possibilidade de escolarização desse público, o decreto consolidava uma concepção de deficiência pautada pela lógica médica, na qual o processo educativo se vinculava à ideia de “reajustamento”, “normalização” e “reabilitação”. Souza (2023) ressalta que essa legislação contribuiu para a estruturação de instituições voltadas ao atendimento especializado, ao mesmo tempo, em que reforçava a segregação, uma vez que destinava a essas escolas o papel de preparar os sujeitos para uma convivência social condicionada à adequação de comportamentos e habilidades.

Embora o decreto represente um avanço ao reconhecer a possibilidade de escolarização desse público até então majoritariamente invisibilizado no âmbito das políticas educacionais, esse reconhecimento ocorre sob uma lógica que associa educação à correção de desvios e à adaptação dos indivíduos às normas sociais dominantes. Conforme ressalta Souza (2023, p. 37) essa legislação contribuiu de maneira decisiva para a institucionalização da educação especial no país, ao fomentar a criação e o fortalecimento de estabelecimentos voltados ao atendimento especializado, ao mesmo tempo, em que destinava a essas instituições a função de preparar os sujeitos para uma inserção social condicionada à adequação de comportamentos, habilidades e ritmos considerados aceitáveis.

Essa matriz conceitual e institucional encontra continuidade na Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu artigo 88, a legislação estabelece que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Tal dispositivo constitui um marco histórico ao reconhecer, pela primeira vez em uma lei nacional de educação, o direito à escolarização das pessoas então denominadas “excepcionais”. Contudo, a expressão “no que for possível” evidencia os limites dessa integração, preservando a centralidade das instituições especializadas e legitimando a permanência de classes e escolas específicas para esse público.

Dessa forma, observa-se que a LDB de 1961 não rompe com a lógica inaugurada pelo Decreto de 1927, mas a reorganiza e a atualiza, mantendo a educação especial como um campo diferenciado, ainda que formalmente articulado ao sistema geral de ensino. As Escolas Pestalozzi, nesse contexto, consolidam-se como herdeiras diretas desse arcabouço legal e conceitual, desempenhando papel fundamental na expansão da educação especial no país e na consolidação de práticas historicamente legitimadas pelo discurso científico e jurídico da época.

Assim, tanto o Decreto n.º 7.970-A/1927 quanto a LDB n.º 4.024/1961 configuram marcos fundamentais para a compreensão histórica da educação especial no Brasil, pois evidenciam as tensões entre o reconhecimento do direito à escolarização e a manutenção de estruturas educacionais diferenciadas. A análise dessas legislações permite compreender como a educação especial se instituiu historicamente como um campo atravessado por concepções médicas, assistenciais

e pedagógicas, cujas heranças permanecem presentes nas práticas e discursos educacionais contemporâneos.

No âmbito nacional e estadual, esse cenário também foi influenciado pelo crescimento das instituições filantrópicas na primeira metade do século XX, muitas delas dirigidas por mulheres de classes médias e altas, como evidenciado por Lobato (2025). Em Juiz de Fora, esse movimento encontrou ressonância nas iniciativas do grupo de mulheres que fundou a Escola Pestalozzi, inspiradas nas práticas desenvolvidas por Helena Antipoff, no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Essa influência se manifesta tanto nas concepções pedagógicas adotadas quanto na organização institucional, incluindo as triagens iniciais dos alunos, as oficinas de trabalho e a centralidade do método intuitivo (Lobato, 2025, p. 22).

O método intuitivo, inspirado na pedagogia de Johann Heinrich Pestalozzi e reelaborado por Helena Antipoff, constitui uma das bases teóricas do funcionamento da escola no período histórico analisado (Lobato, 2025, p. 22). Ele pressupõe que o aprendizado deve partir da experiência direta do aluno, valorizando a ação própria, o contato com objetos concretos e o desenvolvimento sensorial como fundamento da formação intelectual. Para Lobato (2025), essas práticas demonstram a tentativa da escola de garantir uma educação adequada às capacidades físicas e mentais dos alunos, preservando tanto o caráter pedagógico quanto o caráter utilitário das atividades, as quais incluíam carpintaria, tecelagem, costura e modelagem voltadas à futura inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Já no que se refere às legislações atuais, a discussão sobre inclusão escolar torna-se imprescindível para contextualizar as transformações que afetaram diretamente a Escola Estadual Maria das Dores de Souza nas últimas décadas. A partir da década de 1990, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e, posteriormente, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), houve uma reconfiguração profunda das funções das escolas especializadas.

Essas normativas passaram a orientar a matrícula de alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, reforçando a necessidade de eliminar barreiras atitudinais, físicas, comunicacionais e pedagógicas. Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), tal perspectiva se

consolidou como direito, estabelecendo que o atendimento educacional especializado deve ocorrer de forma complementar e não substitutiva ao ensino comum. Estas mudanças impactaram diretamente instituições como a antiga Escola Pestalozzi, cujas funções foram gradualmente transformadas. O esvaziamento de matrículas de crianças e adolescentes, observado na Escola Maria das Dores nos últimos anos, é resultado direto desse novo arcabouço legal, que incentiva a permanência de estudantes com deficiência em classes comuns.

2.2. FOTOGRAFIA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES: A IMAGEM COMO FONTE PARA A PESQUISA EDUCACIONAL

Além dos aportes teóricos, a análise das fotografias exige um referencial próprio para a leitura de imagens como documentos históricos. Nesse sentido, oferece instrumentos fundamentais para compreender a fotografia como um sistema de signos que opera em múltiplos níveis. A distinção entre ícone, índice e símbolo permite interpretar não apenas aquilo que a imagem representa visualmente, mas também as relações materiais, contextuais e culturais que ela estabelece. Assim, as fotografias do acervo da Escola Estadual Maria das Dores de Souza não funcionam apenas como ilustrações de práticas educativas: elas revelam modos de organização espacial, gestos docentes, rituais institucionais, papéis sociais atribuídos aos alunos, tecnologias pedagógicas e formas históricas de representação da deficiência.

A leitura dessas imagens se apoia nas contribuições de Marli Brito Moreira. Albuquerque e Lisbel Espellet Klein (1987), que, em “Pensando a fotografia como fonte histórica”, destacam que toda fotografia constitui um documento “duplamente inscrito”: por um lado, como representação de um fragmento da realidade; por outro, como objeto material que traz consigo marcas do tempo, deteriorações, cortes, deslocamentos e modos específicos de arquivamento. A materialidade do suporte, como observado no álbum deteriorado da Escola Maria das Dores não é um detalhe acessório, mas parte essencial da compreensão histórica do documento.

Do mesmo modo, Bruno Antônio Picoli (2012), em “História e fotografia: algumas considerações”, enfatiza que a fotografia deve ser tratada como uma construção social atravessada por intencionalidades, técnicas, escolhas de enquadramento e usos históricos diversos. A imagem, portanto, não fala por si: ela

requer interpretação crítica, confrontação com outras fontes e contextualização de seus sentidos. Ao articular essas perspectivas, o presente estudo compreende que as fotografias da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi hoje pertencentes ao acervo da Escola Maria das Dores constituem importantes testemunhos das práticas pedagógicas intuitivas, das rotinas institucionais e das transformações da educação especial ao longo do tempo.

Assim, ao considerar a fotografia como fonte histórica, reafirma-se a ideia de que ela não é neutra. Seu enquadramento, seus personagens, seus gestos e até sua deterioração compõem significados que atravessam o tempo e permitem reconstituir a cultura escolar da instituição nas décadas de 1950 a 1970. A leitura semiótica permite perceber, por exemplo, como o posicionamento dos alunos em atividades pedagógicas evidencia a centralidade da disciplina e da ordem, como a presença de símbolos religiosos revela o papel da moral cristã na formação dos estudantes, ou como as expressões faciais e posturas corporais indicam o “modo como os sujeitos eram concebidos e orientados dentro do ambiente educacional”.

A partir desse referencial teórico, possibilita-se compreender a escola como espaço de memória institucional, de práticas pedagógicas e de representações sociais que operam no encontro entre legislação, cultura escolar e experiências vividas. O diálogo entre as produções de Souza (2023), Lobato (2025) e as fotografias do acervo escolar permite reconstruir não apenas a história da instituição, mas também os sentidos e significados que compõem sua identidade ao longo do tempo. Esse conjunto teórico fundamenta a análise proposta no estudo e orienta a interpretação das imagens enquanto signos que revelam o passado e, ao mesmo tempo, iluminam o presente da educação especial no município de Juiz de Fora.

3. MÉTODO

O método adotado nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter documental, orientada pela análise de fontes textuais e fotográficas pertencentes ao acervo histórico da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. A escolha pela abordagem qualitativa decorre da natureza interpretativa do objeto estudado, considerando que documentos, registros escritos e imagens carregam significados, representações sociais, marcas do tempo e materialidades que exigem investigação sensível e rigorosa. Nesse contexto, a

semiótica, os estudos sobre cultura escolar, memória institucional e história da educação especial ofereceram o suporte teórico-metodológico necessário para a leitura aprofundada das fontes, permitindo compreender as práticas pedagógicas e os valores presentes no cotidiano da instituição entre as décadas de 1950 e 1970.

A escolha das fotografias como objeto central de análise justifica-se pelo seu potencial enquanto documentos históricos capazes de registrar e, simultaneamente, construir narrativas sobre a escola, seus sujeitos, espaços e práticas. As imagens analisadas permitem acessar dimensões do cotidiano escolar que nem sempre se fazem presentes nos registros escritos, como a organização dos corpos, a disposição dos espaços, os materiais pedagógicos utilizados e as formas de interação entre estudantes e professores. Assim, a fotografia é compreendida não apenas como ilustração, mas como fonte que produz sentidos e revela concepções pedagógicas e institucionais historicamente situadas.

Além disso, as fotografias que compõem o acervo encontravam-se em estado de deterioração e progressivo esquecimento no interior da escola, correndo o risco de perda material e simbólica. A decisão de analisá-las constituiu-se, portanto, também como um gesto de valorização e preservação da memória institucional, atribuindo novo estatuto a esses documentos ao inseri-los no campo da pesquisa acadêmica. Ao serem mobilizadas como fontes, essas imagens deixam de ocupar um lugar residual no arquivo escolar e passam a integrar um processo de produção de conhecimento sobre a história da educação especial.

A análise das fotografias revelou-se atravessada por uma dimensão memorial e afetiva, uma vez que essas imagens reativaram lembranças da própria instituição e de práticas educativas que, embora transformadas ao longo do tempo, permanecem vivas na materialidade dos registros visuais. Desse modo, a pesquisa articula documento, memória e interpretação histórica, reconhecendo as fotografias como vestígios de experiências educativas que contribuem para a compreensão da trajetória das Escolas Pestalozzi e de suas permanências e ressignificações no presente.

A interpretação das fotografias, principal fonte deste estudo, possibilitou identificar não apenas o que está visível nas imagens, mas também os códigos simbólicos, rituais, padrões de comportamento e valores institucionalizados que configuravam a experiência escolar da época. Utilizando-se a semiótica como lente analítica, permitiu-se reconhecer elementos iconográficos, indícios materiais e

significados simbólicos expressos nas posturas dos sujeitos, na organização dos espaços, nos objetos pedagógicos e nas composições visuais. Assim, cada fotografia foi tratada como um documento histórico dotado de múltiplas camadas interpretativas, revelando aspectos da construção da educação especial no município de Juiz de Fora.

A pesquisa possui natureza documental e caráter interpretativo, estruturando-se a partir de referenciais que reconhecem a fotografia como fonte histórica legítima e complexa. Autores como Albuquerque e Klein (1987), que discutem a fotografia no campo historiográfico, contribuíram para orientar a análise da imagem como registro de práticas, memórias e representações. A materialidade fotográfica, discutida por Picoli (2012), permitiu considerar também as marcas físicas das imagens, danos, corrosões, rasuras e deteriorações como parte da narrativa histórica, revelando percursos de preservação, usos institucionais e a própria fragilidade da memória escolar.

Nesta investigação, articulou-se a ideia de semiótica, especialmente sua concepção de signo (ícone, índice e símbolo), com os aportes de Lobato (2025) e Souza (2023) sobre a cultura escolar, as normas, rituais, rotinas e práticas que configuram a vida cotidiana dessa instituição educativa. Cada documento analisado foi compreendido em sua dimensão visual, histórica, sociocultural e material, resultando em um processo interpretativo amplo e rigoroso. A análise das imagens incluiu a descrição técnica de seus elementos constituintes, como enquadramento, composição, cenário e marcas de deterioração; a contextualização histórica das condições de produção; a leitura dos signos visuais e simbólicos; e a interpretação sociocultural das representações sobre religiosidade, práticas educativas, identidade institucional e relações sociais.

O corpus da pesquisa foi constituído por documentos textuais, produções acadêmicas anteriores e por um vasto conjunto de documentos fotográficos identificados durante visitas orientadas ao arquivo escolar. As fotografias variavam entre registros bem conservados (imagens de tempos mais recentes) e imagens corroídas ou incompletas, retratando cenas do cotidiano, práticas pedagógicas, atividades religiosas e cívicas, eventos culturais e representações sociais da instituição. Também foram incluídos materiais historicamente deteriorados, como álbuns incompletos, considerados significativos por evidenciarem trajetórias de conservação e apagamentos da memória escolar.

Diante do grande volume de documentos disponíveis, optou-se por um recorte temático centrado em três dimensões estruturantes da antiga Escola Pestalozzi: a dimensão religiosa, referente à forte presença de símbolos, rituais e práticas de cunho católico; a dimensão social, relacionada às atividades culturais, comunitárias e cívicas desempenhadas pelos alunos; e a dimensão pedagógica, expressa nos métodos de ensino, na organização escolar, nas práticas avaliativas e nas relações estabelecidas entre educadores e educandos. Esse recorte assegurou maior profundidade analítica, coerência interpretativa e fidelidade aos objetivos da pesquisa.

Embora não envolvesse participantes humanos de forma direta, a pesquisa contou com a participação indireta de membros da escola responsáveis pela mediação do acesso ao acervo, como o atual diretor da escola e a colaboração do professor orientador Rodolfo Luís Leite Batista, que foi decisiva para a localização dos documentos, a contextualização histórica das imagens e a orientação do processo interpretativo. Seus conhecimentos possibilitaram identificar datas aproximadas, usos institucionais das fotografias e aspectos relevantes das práticas pedagógicas da época.

Diversos instrumentos foram utilizados para garantir rigor metodológico: a descrição técnica e a contextualização histórica das fontes; a fundamentação semiótica ofereceu parâmetros analíticos para a leitura dos signos visuais; e a revisão bibliográfica sustentou a compreensão das políticas educacionais, da história da educação especial e das especificidades da fotografia como documento histórico.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em quatro etapas principais. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico inicial, abrangendo obras sobre história da educação especial, políticas educacionais entre 1950 e 1970, semiótica e fotografia histórica. A segunda etapa envolveu o estudo das legislações vigentes no período, como o Decreto 7.970-A/1927 e a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que permitiu compreender o contexto normativo que orientava a escolarização de pessoas com deficiência. Na terceira etapa, concentrou-se o mapeamento e seleção do acervo, realizada presencialmente na escola, com identificação do estado de conservação das fontes e sua classificação temática. Já a última etapa consistiu na análise histórica e semiótica dos documentos selecionados, articulando elementos visuais, contextuais, materiais e simbólicos presentes nas imagens e textos.

O conjunto dessas etapas possibilitou a reconstrução de aspectos essenciais da trajetória da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. A metodologia empregada revelou nuances do cotidiano escolar, elementos simbólicos que moldavam a experiência educativa, valores religiosos e sociais incorporados às práticas pedagógicas e como a instituição se estruturava no contexto da educação especial da época. Assim, este percurso metodológico reafirma a importância dos arquivos escolares como patrimônios da memória e enfatiza a fotografia como fonte indispensável para a pesquisa histórica em educação, permitindo compreender tanto as permanências quanto às transformações que marcaram a construção da educação especial no município.

4. ANÁLISES: RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA PESTALOZZI A LUZ DOS DOCUMENTOS

A história da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora insere-se em um contexto nacional e estadual de transformação das políticas de escolarização voltadas às pessoas com deficiência e transtornos do desenvolvimento. Criada na década de 1950, a instituição teve papel pioneiro na educação especial no município, articulando iniciativas filantrópicas, religiosas, públicas e comunitárias. Seu percurso revela tanto os limites quanto às possibilidades da educação especial em um cenário ainda profundamente marcado por concepções médico “reabilitadoras e por práticas sociais segregacionistas”.

Compreender tal trajetória exige recuperar os fundamentos históricos, pedagógicos e sociais que possibilitaram a criação da instituição. Para isso, utiliza-se como aporte teórico a dissertação de mestrado de Beatriz Gomes de Souza, “As Escolas Reunidas Pestalozzi na Cidade de Juiz de Fora entre 1955 e 1979”, e o Trabalho de Conclusão de Curso de Luana Teixeira Lobato, “Educação Especial em Juiz de Fora: Apontamentos Históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora na Década de 1950”. Ambas as autoras tratam, sob diferentes perspectivas, das articulações institucionais, dos fundamentos pedagógicos, do perfil do público atendido e do cenário político-social que permitiu a consolidação da Pestalozzi na cidade.

Segundo Beatriz Gomes de Souza (2023), a constituição da Escola Pestalozzi não pode ser compreendida como um evento isolado no cenário educacional brasileiro. A autora explica que a criação da instituição ocorreu a partir de “uma série de articulações entre políticas escolares, iniciativas filantrópicas, setores públicos e membros das classes médias e altas, caracterizando um cenário estadual e nacional propício para tais empreendimentos” (Souza, 2023, p. 34). Ou seja, a fundação da escola se deu em uma conjuntura favorável, em que o poder público e setores da sociedade civil buscavam suprir uma lacuna histórica relacionada à assistência e à escolarização de pessoas com deficiência.

A cidade de Juiz de Fora, entretanto, encontrava-se em posição delicada no que diz respeito ao atendimento desse público. Conforme Souza (2023, p. 46) destaca, havia na época “uma escassez de serviços de assistência e escolarização para pessoas com deficiência e transtornos”, ao mesmo tempo, em que determinados atores sociais buscavam prestígio e reconhecimento social por meio da atuação filantrópica nesse campo. Assim, o surgimento da Pestalozzi articula-se tanto às necessidades locais quanto ao desejo das elites de se afirmarem enquanto benfeitoras em um setor educacional emergente.

Essa conjuntura também deve ser compreendida à luz da legislação vigente no período. A educação especial no Brasil, até a década de 1970, ainda se estruturava sob bases segregacionistas e medicalizantes. Souza (2023) observa que, no período investigado, “prevalecia o Decreto 7.970-A de 1927, orientado por um modelo médico de deficiência, segundo o qual o sujeito precisava ser reajustado, normalizado ou reabilitado para que pudesse ser inserido na sociedade” (Souza, 2023, p. 34). Esse arcabouço legal não apenas legitimava a criação de instituições especializadas, como também delimitava quem poderia ou não ser escolarizado em espaços públicos.

A criação da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, instituição mantenedora da escola, esteve alinhada às políticas nacionais de ampliação e organização das escolas especiais. Souza (2023) explica que a década de 1950 foi um período de crescente institucionalização da educação de pessoas com deficiência, acompanhada por discursos que exaltavam a filantropia e a ação caritativa das elites. Nesse contexto, grupos sociais locais desempenharam papel fundamental, especialmente mulheres de classes privilegiadas.

É nesse ponto que se articula o estudo de Luana Teixeira Lobato (2025). Em sua pesquisa, a autora afirma que, na década de 1950, “Juiz de Fora iniciou uma preocupação mais sistemática com a educação de crianças consideradas ‘excepcionais’” (Lobato, 2025, p. 16). Ela explica que um grupo de senhoras da alta sociedade local, inspiradas pelas práticas de Helena Antipoff em Belo Horizonte, organizou-se para criar a primeira instituição voltada à educação de crianças pobres com deficiência na cidade. Esse movimento foi profundamente influenciado pelas discussões sobre educação especial que se expandiram no estado de Minas Gerais, sobretudo por meio das iniciativas pioneiras da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte.

Lobato (2025) destaca ainda que o processo de criação da escola foi possibilitado pelo conjunto de políticas nacionais, estaduais e municipais voltadas à escolarização de pessoas com deficiência. A autora explica que tais políticas criaram um ambiente favorável para que “as ideias defendidas por um grupo de senhoras juiz-foranas fossem ouvidas e implementadas” (Lobato, 2025, p. 21). Dessa forma, a criação da escola não pode ser atribuída apenas à iniciativa local, mas também à convergência entre legislação, movimentos filantrópicos e transformações sociais.

A legislação de maior impacto para o surgimento da instituição foi o já citado Decreto 7.970-A de 1927, que estabelecia a possibilidade de educação escolar para dois grupos específicos: os chamados “débeis orgânicos” e os “retardados pedagógicos”. Contudo, como observa Souza (2023), a Pestalozzi de Juiz de Fora expandiu significativamente esse escopo. A autora destaca que, apesar do decreto prever dois tipos de deficiência, “na prática, a instituição ofereceu atendimento para uma gama maior, incluindo retardamento leve, médio e profundo, bem como crianças surdas-mudas e outras condições” (Souza, 2023, p. 37).

Essa adaptação demonstra o caráter flexível da instituição e sua tentativa de lidar com demandas reais da população, independentemente das determinações legais. Reforça também o caráter filantrópico e assistencial, já que a escola inicialmente atendia crianças em situação de vulnerabilidade social, seja por pobreza, seja por deficiência física ou intelectual. Lobato (2025) enfatiza esse aspecto ao afirmar que a instituição “foi pioneira na tentativa de integração de alunos considerados excepcionais, em um período no qual tais sujeitos eram amplamente excluídos da sociedade” (Lobato, 2025, p. 20).

A história da escola também pode ser compreendida por meio das transformações de seu espaço físico, que refletiam seu crescimento e suas dificuldades. Segundo Souza (2023), a instituição passou por três sedes ao longo de sua trajetória: o Casarão Burnier, localizado na Avenida Rio Branco, 2.644, onde permaneceu por cinco anos. A segunda sede, também na Avenida Rio Branco, n.º 3.534, ocupada durante seis anos e o atual prédio situado na Rua Barão de Cataguases, n.º 444, doado pela prefeitura durante a gestão do prefeito Ademar Resende de Andrade.

O terceiro prédio, como explica Souza (2023, p. 49), foi “construído para atender às demandas específicas da instituição”, o que indica um reconhecimento mais formal do papel e da importância da escola dentro do município. Ainda assim, as condições financeiras sempre foram um desafio. Lobato (2025, p.18) observa que, nos primeiros anos, a instituição sobrevivia exclusivamente “às custas da caridade de pessoas beneméritas”, sendo mantida por festas, campanhas e eventos voltados à arrecadação de fundos.

O público-alvo da Escola Pestalozzi era marcado pela vulnerabilidade social. A instituição atendia crianças pobres e com diferentes tipos de deficiência, oferecendo não apenas suporte pedagógico, mas também assistência médica e social. Lobato (2025) destaca que, em um período em que tais sujeitos eram amplamente excluídos dos espaços urbanos e escolares, a Pestalozzi exerceu papel fundamental ao acolhê-los e ao oferecer oportunidades de desenvolvimento.

A escola contava com poucos profissionais, sobretudo devido à escassez de recursos. Havia inicialmente apenas uma diretora, a professora Maria das Dores de Souza, que hoje dá nome à instituição. Em muitos momentos, a diretora acumulava funções pedagógicas, administrativas e assistenciais, trabalhando diretamente com as crianças e suas famílias.

A pedagogia da instituição era inspirada nos princípios do método intuitivo, associado às ideias de Pestalozzi e às adaptações propostas pela psicóloga e educadora Helena Antipoff. A escola enfatizava a observação, a manipulação de materiais, a experiência sensorial e a autonomia do aluno. Como explica Lobato (2025), “priorizava-se a atividade própria do aluno, cabendo à professora criar oportunidades para ação, e não conduzir rigidamente o processo” (Lobato, 2025, p. 22).

Os alunos passavam por uma triagem inicial baseada em dois testes: o de inteligência e o de vocabulário, o que permitia organizar as turmas de acordo com suas habilidades e necessidades (Lobato, 2025, p. 22). As atividades sensoriais e de concentração tinham o objetivo de estimular os sentidos, o foco e as capacidades físicas e mentais. Além disso, a escola adotava um caráter utilitário, visando preparar os alunos para uma vida mais autônoma e inserida socialmente.

Nesse sentido, eram oferecidas oficinas de carpintaria, modelagem, tecelagem e outras práticas manuais voltadas à inserção no mercado de trabalho. Esses espaços funcionavam tanto como forma de desenvolvimento cognitivo e motor quanto como instrumento de reinserção social, ideia alinhada com o modelo médico-pedagógico da época.

Um dos pilares das práticas da Pestalozzi era a aproximação entre o público da escola e a sociedade civil. Helena Antipoff defendia que a integração social só seria possível se as pessoas conhecessem as habilidades e potencialidades das crianças com deficiência. Inspirada por esse princípio, a Pestalozzi de Juiz de Fora realizava exposições, apresentações, desfiles e eventos beneficentes.

Lobato (2025) enfatiza que tais práticas tinham dupla função: permitir à sociedade “uma real noção das aptidões dos alunos” e, simultaneamente, garantir a arrecadação de fundos para manter a instituição (Lobato, 2025, p. 25). Dessa forma, os eventos públicos eram, ao mesmo tempo, pedagógicos, sociais e financeiros.

A trajetória da antiga Escola Pestalozzi de Juiz de Fora revela a complexa articulação entre políticas públicas, filantropia, práticas pedagógicas inovadoras e desafios estruturais. A instituição desempenhou papel pioneiro ao acolher e educar crianças consideradas excepcionais em um período marcado por exclusão social e por concepções medicalizantes da deficiência.

Com bases inspiradas em Pestalozzi e Helena Antipoff, e sustentada pelo trabalho filantrópico de mulheres da elite local, a Pestalozzi se consolidou como espaço de acolhimento, cuidado e formação. Considera-se que a história da escola possui importantes registros preservados, especialmente por meio de seu acervo fotográfico e do denominado “álbum/livro” *dos 70 anos*, que constituem valiosos testemunhos visuais da trajetória institucional. Embora esse material apresente fragilidades quanto às condições de armazenamento, sua existência revela a preocupação da comunidade escolar em manter viva a memória da instituição. As fotografias avulsas e aquelas reunidas no álbum comemorativo representam um

patrimônio significativo, cujo potencial histórico e educativo pode ser ampliado por meio de ações de organização e conservação adequadas. Nesse sentido, a adoção de medidas voltadas à preservação desse acervo contribuirá para assegurar sua longevidade e fortalecer a valorização da memória escolar.

4.2 ANÁLISES DAS FOTOGRAFIAS

As fotografias analisadas integram o acervo histórico da atual Escola Estadual Maria das Dores de Souza. O conjunto documental encontra-se armazenado nas dependências da própria escola, compondo um arquivo institucional constituído, na maioria, por álbuns fotográficos, documentos administrativos e registros pedagógicos produzidos ao longo de sua trajetória histórica.

No que se refere às condições de preservação, observa-se que as fotografias apresentam sinais evidentes de deterioração material, tais como corrosão do suporte, presença de fungos, rasgos, manchas e desbotamento da imagem. Tais marcas não podem ser compreendidas apenas como danos físicos, mas como elementos constitutivos do próprio documento histórico. Conforme aponta Picoli (2012), a fotografia possui uma materialidade vulnerável, e seu processo de envelhecimento integra a significação do objeto enquanto fonte, uma vez que “a fotografia envelhece, e esse envelhecimento se torna parte de sua significação como documento” (Picoli, 2012).

Nesse sentido, o estado de conservação das imagens analisadas revela não apenas a fragilidade do suporte fotográfico, mas também a trajetória histórica do acervo, marcada por períodos de uso, descuido, esquecimento e, mais recentemente, de resgate e valorização da memória institucional. Assim, os sinais de deterioração não anulam o valor histórico das fotografias; ao contrário, ampliam sua potência interpretativa ao evidenciar as condições materiais e simbólicas de produção, circulação e guarda desses registros ao longo do tempo.

Destaca-se, portanto, que as fotografias assumem, nesta pesquisa, o estatuto de objeto central de análise, e não de mero recurso ilustrativo. Compreendidas como documentos históricos e culturais, elas possibilitam o acesso a dimensões do cotidiano escolar que ultrapassam os registros escritos, tais como a organização dos espaços, os corpos em interação, as práticas pedagógicas, os materiais utilizados e as concepções educacionais vigentes no período. Dessa forma, a análise das imagens contribui para a compreensão da cultura escolar do Instituto Pestalozzi de

Juiz de Fora e de suas permanências na atual Escola Estadual Maria das Dores de Souza, reafirmando o papel da fotografia como fonte legítima e fecunda para a história da educação especial.

Imagem 1: Ritual religioso na educação especial das Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

Esta fotografia da imagem 1, provavelmente datada da década de 1950, retrata um grupo de alunas durante uma cerimônia de primeira comunhão. Ela conserva grande valor histórico, pois permite a reconstrução de práticas, valores e identidades da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. Essa instituição filantrópica, intimamente articulada à Igreja Católica dado que um de seus fundadores e incentivadores foi o Padre Vicente Penido Burnier (Lobato, 2025, p.15), reconhecido como o primeiro padre católico surdo da América Latina, funcionava por meio de doações e teve sua primeira sede instalada no casarão Burnier, situado na Avenida Rio Branco.

A fotografia, conforme defendem Albuquerque e Klein (1987), deve ser compreendida como uma fonte histórica legítima, carregada de intencionalidades e significados que transcendem sua função ilustrativa. Ela registra práticas sociais e revela escolhas, enquadramentos e valores da época em que foi produzida. Nesse sentido, a imagem não representa apenas crianças posadas para um ritual religioso; ela materializa a presença e a força das normas católicas no cotidiano escolar, evidenciando a importância da doutrina religiosa para o funcionamento da instituição.

Do ponto de vista semiótico, a fotografia apresenta um conjunto de signos que permite interpretar práticas e representações da época. Mesmo distorcida, ela

mantém elementos característicos das cerimônias de primeira comunhão, como o uso de roupas brancas por parte das crianças, símbolo de pureza e pertencimento à moral cristã. A disposição enfileirada e a postura rígida dos alunos apontam para um modelo pedagógico disciplinador, no qual a corporalidade era regulada e organizada como parte da formação moral.

A própria cerimônia registrada simboliza a forte integração entre a escola e a Igreja local. Realizar a primeira comunhão no espaço escolar revela que a formação religiosa estava profundamente entrelaçada à formação educativa. Essa fusão não era incomum no Brasil das décadas de 1930 a 1950, período em que instituições filantrópicas e confessionais desempenharam papel relevante na educação e na assistência social, frequentemente em parceria com a Igreja Católica para suprir lacunas deixadas pelo Estado. Dessa forma, a fotografia expressa uma identidade escolar alicerçada em valores cristãos, reforçando o papel da religião na legitimação moral e social da instituição.

Ao olhar para esta fotografia, o que mais me toca não é apenas o evento religioso em si, mas o esforço institucional de vestir a criança com dignidade. O branco das roupas, para mim, funciona como uma metáfora de limpeza e pureza, tentando talvez apagar, perante a sociedade da época, as marcas da deficiência que eram vistas como imperfeições.

Como professora da escola hoje, sinto um aperto ao observar a rigidez das posturas. Consigo imaginar o ensaio exaustivo para que aquelas crianças, muitas vezes estigmatizadas, pudessem ocupar o espaço do sagrado com tanta perfeição. Aqui, o papel da Igreja e da família Penido funde-se: a educação especial não era apenas pedagógica, era uma missão de salvação da alma.

Esta foto diz-me que, na década de 50, o sucesso da educação era medido pela capacidade do aluno de se comportar e de se integrar em rituais sociais e religiosos. É uma imagem que transborda afeto pela dedicação no detalhe (o brilho do tecido, as mãos postas), mas que também me faz refletir sobre o peso da normalização. Enquanto hoje lutamos para que a escola aceite a diferença como ela é, esta fotografia registra um tempo onde a escola trabalhava arduamente para tornar a criança o mais próxima possível de um ideal de normalidade cristã.

A seguir, a Imagem 2, contém uma criança participando de desfile escolar, vestindo uma saia rodada e carregando um cesto sobre a cabeça, em representação típica de apresentações culturais da época.

Imagem 2: Práticas pedagógicas filantrópicas nas Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

A imagem retrata uma estudante caracterizada com traje típico, equilibrando um cesto sobre a cabeça, possivelmente durante um desfile ou apresentação cênica realizada no espaço escolar. Práticas como desfiles, festas e apresentações públicas envolvendo os alunos eram recorrentes na instituição no período em questão. Enquanto escola de caráter filantrópico, o Instituto Pestalozzi dependia, em grande medida, de doações e apoios da sociedade civil para a manutenção de suas atividades, e tais eventos cumpriam uma função estratégica no cotidiano institucional.

Essas iniciativas articulavam, simultaneamente, objetivos pedagógicos, sociais e financeiros. Por um lado, constituíam-se como momentos de exposição pública do trabalho desenvolvido pela escola; por outro, promoviam a aproximação entre a instituição e a comunidade local, contribuindo para a sensibilização da sociedade em relação ao público então denominado “excepcional”, terminologia vigente à época para se referir a estudantes com deficiência e transtornos do desenvolvimento. Desse modo, as apresentações públicas operavam como dispositivos de visibilidade social e interação comunitária, ao mesmo tempo, em que

colaboravam para a legitimação da atuação institucional do Instituto Pestalozzi no cenário educacional e assistencial da cidade.

A pose da estudante sorridente, fantasiada e inserida em um cenário ilustrado traduz a tentativa da instituição de construir narrativas positivas sobre seus alunos, apresentando-os publicamente como participantes de atividades artísticas e culturais valorizadas socialmente. Assim, a fotografia torna-se um documento que “registra tanto aquilo que se vê quanto aquilo que se pretende fazer ver” (Albuquerque; Klein, 1987, p. 300).

A leitura semiótica permite compreender os signos presentes na fotografia e suas relações com os valores culturais e institucionais da época. O traje usado pela estudante, composto por saia estampada, xale bordado e lenço na cabeça, funciona como signo simbólico de um costume regional ou de uma festividade cultural específica, frequentemente mobilizada em eventos escolares. O cesto equilibrado sobre a cabeça atua como signo icônico que remete a figuras tradicionais do folclore ou das atividades rurais, reforçando associações entre escola, cultura popular e identidade nacional, típicas da educação brasileira na metade do século XX (Cascudo, 2004).

Ao fundo há um cenário pintado, contendo flores e formas orgânicas, é um signo indicial que evidencia o esforço da escola em produzir um ambiente cênico para apresentações públicas. Essa construção visual demonstra que o evento era organizado com preocupação estética, possivelmente para impressionar a comunidade local e estimular doações.

Além disso, a postura da estudante sorridente, em posição de destaque, reforça uma narrativa institucional de alegria, integração e normalização, buscando apresentar os alunos como sujeitos participantes de atividades valorizadas socialmente. Como indicam Albuquerque e Klein (1987), fotografias escolares “não são neutras; expressam projetos pedagógicos e concepções institucionais” (p. 300).

Ao olhar para esta imagem, o que mais me chama atenção, não é apenas o traje festivo, mas a estratégia de visibilidade que a antiga Escolas Reunidas Pestalozzi utilizava. Esta aluna não está apenas participando de uma festa, ela está sendo apresentada à sociedade de Juiz de Fora como um sujeito capaz, alegre e, acima de tudo, educável.

Com a pouca experiência de professora que me cabe na instituição hoje, interpreto este registo como uma tentativa de romper o isolamento. Na década de 50, a deficiência era muitas vezes escondida. Trazer uma aluna para o foco da lente, com um traje que remete à cultura e ao folclore, era uma forma de humanizar a criança perante uma comunidade que ainda a olhava com estranhamento ou piedade.

Para ser aceita, a criança com deficiência precisava de estar encenada, inserida num contexto cultural reconhecível (como o desfile ou o teatro). Esta leitura pessoal faz-me refletir sobre quanto do nosso trabalho ainda hoje é o de mediar este olhar do mundo para os nossos alunos. A grande diferença é que, nesta foto, a autonomia da criança parece submetida ao cenário; hoje, o nosso desafio é que eles sejam os autores das suas próprias cenas, com ou sem trajes típicos."

Imagem 3: Prática pedagógica antipoffiana nas Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

A fotografia da imagem 3, apresenta um grupo de crianças sentadas em mesas semicirculares, manipulando materiais didáticos, sob o acompanhamento atento de uma professora. O enquadramento evidencia a prática docente cotidiana da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi, instituição que, nas décadas de 1950 e 1960, estruturava seu trabalho fundamentado na pedagogia intuitiva e nos princípios de Helena Antipoff.

Sob a perspectiva da semiótica, os elementos presentes na fotografia funcionam como signos que revelam dimensões essenciais do fazer educativo na antiga Escola Pestalozzi. As mesas semicirculares, por exemplo, tornam-se um signo da organização espacial pensada para favorecer tanto a interação visual entre os alunos quanto a supervisão contínua da professora. Do mesmo modo, os pequenos objetos manipulados pelas crianças atuam como signos das atividades de exploração sensorial, fundamentais na pedagogia intuitiva adotada pela instituição. Observa-se também a expressão concentrada das crianças, que revela a valorização da ação própria do aluno, princípio central dessa metodologia. Por fim, a postura inclinada da professora, observando atentamente o trabalho dos estudantes, funciona como signo de sua atuação mediadora, pautada no acompanhamento paciente e cuidadoso, um dos pilares estruturantes da prática pedagógica da escola.

Além das atividades de sala, Lobato (2025) ressalta que o ensino tinha também um caráter utilitário, voltado para a vida social e profissional, oferecendo oficinas de carpintaria, tecidos e modelagem. A fotografia, embora capture apenas o ambiente inicial de estimulação, é representativa da filosofia geral da instituição, que buscava preparar o aluno para a autonomia prática e social.

Nesta imagem, sinto que finalmente entramos no coração pedagógico da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi. Se na fotografia da Primeira Comunhão víamos o disciplinamento da alma, aqui vejo o disciplinamento do corpo através do trabalho. É a aplicação prática do método intuitivo de Helena Antipoff: a criança com deficiência não é apenas um ser a ser cuidado, mas alguém que pode produzir.

Esta foto toca-me por mostrar que a sala de aula já era pensada como um laboratório de experiências sensoriais. No entanto, a minha leitura pessoal convida a uma reflexão crítica: na década de 50, o horizonte desses alunos era quase exclusivamente o trabalho manual e técnico (como a marcenaria ou a tecelagem). A escola funcionava como uma oficina preparatória para uma autonomia limitada.

O que mais me impressiona neste registro é o silêncio e a concentração que a imagem transmite. Consigo ver ali o início da organização de um currículo funcional. Hoje, ao olhar para os meus alunos na Escola Maria das Dores, percebo que herdamos essa valorização do material concreto, mas com uma diferença crucial: hoje, o fazer não serve para transformar o aluno num operário disciplinado, mas para dar-lhe ferramentas de expressão e participação social plena. Esta foto é o

registro de uma época em que a dignidade da pessoa com deficiência passava, obrigatoriamente, pela utilidade das suas mãos."

Imagem 4: Influência religiosa na constituição do corpo docente das Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

A imagem 4, na qual se identifica o padre Vicente Penido Burnier, reconhecido como o primeiro padre católico surdo da América Latina, (Lobato, 2025, p. 15) constitui uma fonte histórica de grande relevância para a compreensão das relações entre religião, filantropia e educação no contexto das Escolas Reunidas Pestalozzi em Juiz de Fora.

Nesse contexto, o padre Burnier ocupava o cargo de tesoureiro da instituição, o que revela não apenas sua atuação religiosa, mas também seu envolvimento direto na gestão administrativa da escola. Essa dupla função reforça o entrelaçamento entre práticas filantrópicas e autoridade religiosa, característico das instituições educacionais da primeira metade do século XX, nas quais a Igreja exercia significativa influência sobre os rumos pedagógicos e administrativos.

A fotografia permite observar, ainda, que o corpo docente da escola era composto exclusivamente por mulheres. Essa configuração reflete um traço recorrente das primeiras décadas da República, período em que a formação de professoras esteve fortemente marcada pelo pensamento católico-cristão (Souza, 2023, p. 97). O magistério era compreendido como uma extensão das atribuições morais e educativas atribuídas às mulheres, sendo considerado um campo profissional socialmente legitimado para moças das camadas médias e da elite. Dessa forma, a docência feminina articulava-se à noção de vocação, cuidado e

moralização, elementos centrais na construção social do papel da mulher educadora.

A organização dos sujeitos no espaço, as vestimentas formais e a postura corporal evidenciam papéis sociais bem delimitados, nos quais se articulam hierarquias institucionais, autoridade religiosa e a feminização do magistério (Picoli, 2012, p. 78). A fotografia, nesse sentido, atua como um signo que materializa valores, normas e relações de poder próprias do contexto histórico em que foi produzida.

Esta imagem diz-me muito sobre a estrutura de poder e o perfil do cuidado na década de 50. Ao observar este grupo, vejo um retrato fiel da época: a docência na educação especial como uma extensão do instinto maternal. Eram mulheres que, sob a tutela e orientação administrativa de uma figura masculina e religiosa : o Padre Burnier , dedicavam as suas vidas a uma causa que misturava instrução pedagógica com caridade.

Como professora da mesma instituição décadas depois, não consigo deixar de notar o contraste. Enquanto hoje lutamos pela profissionalização constante e por uma autonomia pedagógica baseada na ciência e no direito, naquela época a legitimidade do trabalho parecia passar pela bênção institucional e pelo sacrifício pessoal.

A presença do Padre Burnier no centro da foto não é apenas um registo de presença; para mim, simboliza a segurança financeira e moral da escola. Ele era o elo com a sociedade e com os doadores. No entanto, o meu olhar de pesquisadora foca-se nos rostos dessas mulheres. Elas eram as verdadeiras executoras do cotidiano, as que lidavam com as dificuldades reais da deficiência num tempo de poucos recursos. Esta foto é um tributo a esse exército silencioso de educadoras que, mesmo sob uma estrutura patriarcal e religiosa, lançaram as bases do que hoje é a nossa prática profissional.

Imagem 5: Prática pedagógica utilitária e formação para o trabalho na educação especial das Escolas Reunidas Pestalozzi.



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

A imagem 5 mostra uma aula de modelagem nas Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora, evidenciando práticas pedagógicas de caráter utilitário voltadas à preparação dos alunos para o convívio social e para o trabalho, em consonância com as metodologias difundidas por Helena Antipoff (Lobato, 2025, p. 22).

A imagem revela um ambiente escolar organizado, no qual os alunos se encontram dispostos ao redor de uma mesa de trabalho, manipulando materiais sob a orientação de uma professora. A centralidade da atividade manual, bem como a postura atenta dos estudantes, reforça a concepção pedagógica baseada no aprendizado pela prática, fortemente vinculada às metodologias de ensino difundidas por Helena Antipoff. Tal abordagem defendia o desenvolvimento das potencialidades individuais por meio de atividades concretas, capazes de estimular habilidades cognitivas, motoras e sociais. (Lobato, 2025, p. 25)

Essa leitura dialoga com as reflexões de Klein e Albuquerque (1987) ao ressaltarem o caráter polissêmico da imagem fotográfica. Embora a fotografia apresente uma cena aparentemente objetiva, uma aula de modelagem, sua interpretação depende de uma ação mental contínua, mediada pelo contexto histórico e pelo olhar do pesquisador. Assim, a imagem não apenas documenta uma

prática educativa, mas também revela discursos implícitos sobre educação especial, trabalho, inclusão e adaptação social. (Klein e Albuquerque, 1987, p. 300).

De todas as imagens, essa é a que mais me faz sentir o cotidiano da antiga Escolas Reunidas Pestalozzi. Ao observar estas mãos mergulhadas na argila, vejo a materialização mais pura da Pedagogia de Helena Antipoff. Não se tratava de uma aula teórica ou de repetição abstrata; era o conhecimento que passava pelo tato, pelo erro e pela criação física.

Esta foto provoca-me uma reflexão profunda sobre o tempo. Naquela época, a modelagem era vista como uma terapia ocupacional ou uma preparação para o artesanato, dentro de uma visão de que o aluno com deficiência deveria ter uma utilidade manual. No entanto, o meu olhar atual vê algo mais: vejo o direito à expressão. Aquela criança, ao moldar a argila, estava moldando a sua própria identidade num mundo que lhe dizia o tempo todo o que ela não conseguia fazer.

Interpreto este registo como um espaço de resistência silenciosa. Enquanto o modelo médico da década de 50 rotulava estes alunos pelos seus diagnósticos, esta oficina de modelagem dava-lhes a condição de criadores. Hoje, na nossa escola, quando utilizamos recursos sensoriais, estamos a beber diretamente desta fonte. A diferença é que hoje compreendemos que o fazer não é um fim em si para o mercado de trabalho, mas um meio para que o aluno comunique quem é. Esta foto é o registo de um momento de dignidade, onde a deficiência desaparece por trás da obra que está a ser criada.

Imagem 6: Prática pedagógica centrada na atividade do aluno nas Escolas Reunidas Pestalozzi



Fonte: Acervo E. E. Maria das Dores de Souza (Acesso em 2025)

A fotografia acima analisada constitui uma importante fonte histórica para a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas nas classes especiais das Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. A imagem registra um momento de atividade em sala de aula, no qual se observa a presença do corpo docente feminino orientando um grupo numeroso de alunos, organizados em torno de mesas e materiais de trabalho. Tal organização espacial e pedagógica revela uma concepção de ensino centrada na atividade do aluno, priorizando experiências sensoriais, de concentração e de manipulação concreta, consideradas fundamentais para o desenvolvimento das capacidades individuais (Lobato, 2025, p. 22).

Sob a perspectiva teórica de Klein e Albuquerque (1987), a imagem não deve ser interpretada como um reflexo neutro da realidade, mas como uma construção carregada de intencionalidades e significados (Klein e Albuquerque, 1987, p. 300). A fotografia seleciona um recorte específico da prática escolar, evidenciando determinados aspectos como a atuação docente e a centralidade das atividades manuais e silenciando outros. Sua leitura exige, portanto, um exercício interpretativo constante, no qual o pesquisador articula o visível da imagem com o contexto histórico e os referenciais teóricos disponíveis.

à luz da análise semiótica proposta por Picoli (2012), para quem a fotografia funciona como um signo social, capaz de revelar valores, normas e concepções de uma determinada época (Picoli, 2012, pp. 77-78) Na imagem, elementos como a disposição dos corpos, a centralidade da professora, os materiais pedagógicos e o ambiente da sala de aula atuam como signos que remetem a concepções de disciplina, cuidado, trabalho e adaptação. A fotografia, assim, materializa uma prática social situada em um espaço geográfico e histórico específico, evidenciando os significados atribuídos à educação especial naquele contexto.

Ao chegar à Imagem 6, sinto que fecho um ciclo de compreensão sobre o que era ser aluno nas Escolas Reunidas Pestalozzi na década de 50. Se as outras fotos mostravam o rito, o palco ou o trabalho, esta imagem mostra o encontro. Vejo aqui a construção de uma comunidade de pares, onde a deficiência deixa de ser o centro das atenções para dar lugar à convivência.

Esta foto emociona-me por mostrar que, mesmo num período de forte segregação social, a escola oferecia a estes sujeitos algo precioso: o pertencimento. Para muitos daqueles alunos, que viviam em regime de internato e distantes das suas famílias, aquele grupo era a sua rede de apoio, a sua família escolhida.

Interpreto este registo como a prova de que a educação especial sempre foi, acima de tudo, um exercício de humanidade. Embora as práticas da época fossem pautadas pelo modelo médico, o que a foto revela é o modelo social antes do tempo: alunos juntos, partilhando o tempo e o espaço.

Hoje, na nossa prática docente, lutamos para que essa coletividade não fique restrita aos muros da escola, mas que se estenda à cidade. Ao olhar para estes rostos na Imagem 6, reafirmo o meu compromisso: a nossa missão não é apenas ensinar conteúdos ou ofícios, mas garantir que nenhum destes sujeitos volte a ser invisível. Esta fotografia é o testemunho de que, onde há educação, há o encontro com o outro

4.3 O QUE AS FOTOGRAFIAS NOS DIZEM

A análise das fotografias pertencentes ao acervo do antigo Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora permite construir uma leitura histórica das concepções de educação especial que se consolidaram e se transformaram ao longo do tempo, evidenciando um percurso marcado por continuidades, deslocamentos e ressignificações. As imagens, compreendidas como documentos históricos e culturais, revelam que a educação especial na cidade não se constituiu de forma linear ou homogênea, mas foi atravessada por diferentes matrizes conceituais, entre as quais se destacam as influências religiosas, filantrópicas, sociais e pedagógicas.

As fotografias mais antigas remetem a um contexto em que a educação de pessoas com deficiência estava fortemente associada à filantropia e à caridade, muitas vezes ancoradas em valores de matriz religiosa. A presença de eventos públicos, desfiles, festas e apresentações cênicas indica uma concepção de educação especial vinculada à visibilidade social e à sensibilização da comunidade, na qual a escola se apresentava como espaço de cuidado, proteção e moralização. Nesse período, o estudante aparece frequentemente como objeto de intervenção e demonstração pública do trabalho institucional, em consonância com uma lógica assistencial e médico-pedagógica predominante nas primeiras décadas do século XX.

Ao mesmo tempo, as imagens evidenciam o papel central das instituições filantrópicas, como as Escolas Reunidas Pestalozzi, na oferta de atendimento educacional especializado, em um cenário de escassa atuação direta do Estado. As práticas pedagógicas registradas nas fotografias, atividades manuais, apresentações

coreografadas, organização disciplinada dos corpos e dos espaços expressam uma concepção de educação orientada para o desenvolvimento de habilidades consideradas funcionais e socialmente aceitas, reforçando a ideia de adaptação e preparação para a convivência social.

À medida que se avançam as décadas, as fotografias permitem identificar deslocamentos sutis nas concepções de educação especial, com maior valorização do aspecto pedagógico e do processo educativo propriamente dito. Observa-se a presença mais constante do espaço escolar enquanto lugar de aprendizagem, bem como o reconhecimento, ainda que incipiente, dos estudantes como sujeitos do processo educativo. Tais transformações dialogam com mudanças mais amplas no campo legal e educacional, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que, ao reconhecer o direito à educação dos então denominados “excepcionais”, contribuiu para a institucionalização da educação especial no país.

Nesse sentido, as fotografias analisadas não apenas ilustram práticas do passado, mas permitem compreender como diferentes concepções de educação especial coexistiram e se sobrepuseram ao longo do tempo. A permanência de elementos filantrópicos e assistenciais, mesmo diante de avanços legais e pedagógicos, evidencia que as transformações no campo da educação especial ocorreram de forma gradual e tensionada, refletindo disputas simbólicas, políticas e sociais em torno do lugar da pessoa com deficiência na sociedade.

Ao retomar o conjunto das imagens, permite-se afirmar que elas constituem uma espécie de linha do tempo visual da educação especial em Juiz de Fora, revelando como a cidade construiu suas práticas, instituições e discursos a partir de referenciais nacionais e internacionais, especialmente aqueles vinculados ao ideário pestalozziano. As fotografias permitem compreender que a história da educação especial local é indissociável da atuação de instituições filantrópicas, da mobilização da sociedade civil e da lenta ampliação do reconhecimento do direito à educação.

A análise do acervo fotográfico reafirma a potência da fotografia como fonte para a história da educação especial, porque possibilita acessar dimensões do cotidiano escolar, das concepções pedagógicas e das relações sociais que não se fazem plenamente visíveis nos documentos escritos. Ao revisitar essas imagens, este trabalho contribui para a preservação da memória institucional e para a compreensão histórica das práticas educativas desenvolvidas em Juiz de Fora,

evidenciando que pensar o presente da educação especial exige, necessariamente, um olhar atento para as concepções que a constituíram ao longo do tempo.

Por fim, reconheço que a análise dessas imagens é atravessada pela minha experiência e pela minha memória enquanto pesquisadora e professora, uma vez que o contato com o acervo fotográfico reativou histórias, afetos e práticas que permanecem vivas no cotidiano da escola. Ao trazer essas fotografias para o campo da pesquisa acadêmica, busquei não apenas compreender o passado, mas atribuir novos sentidos a documentos que, por muito tempo, permaneceram silenciados nos arquivos institucionais.

Refletir sobre a história da educação especial em Juiz de Fora a partir dessas imagens constituiu-se, para mim, também como um exercício de responsabilidade ética com a memória, visto que reconheço que pensar o presente e projetar o futuro da educação inclusiva exige, necessariamente, revisitar as concepções que a constituíram historicamente e que ainda atravessam as práticas educacionais contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho Final de Docência teve como propósito analisar, sob uma perspectiva histórico-educacional e semiótica, elementos constitutivos da prática pedagógica registrada nas fotografias do acervo da Escola Maria das Dores, instituição cuja trajetória singular se entrelaça às transformações políticas e sociais da Educação Especial no Brasil. Ao longo da investigação, buscou-se compreender como as imagens, os documentos escolares e a própria história da instituição revelam modos de ensinar, organizar, disciplinar, acolher e representar estudantes com deficiência ao longo das décadas.

Retomando o objetivo geral de compreender, por meio da análise documental e iconográfica, a historicidade das práticas pedagógicas da escola, pode-se afirmar que o estudo alcançou resultados significativos. Em primeiro lugar, a pesquisa permitiu visualizar que a Escola Maria das Dores, mesmo após o esvaziamento gradual das instituições especializadas provocado pela política de inclusão escolar a partir dos anos 1990, manteve práticas de cuidado e acolhimento que constituem um patrimônio histórico-pedagógico próprio. Esse patrimônio não se reduz a métodos formais de ensino, mas envolve modos de relação, organização espacial, rituais

cotidianos e estratégias de mediação que surgem claramente nas fotografias analisadas.

A abordagem semiótica possibilitou ampliar esse entendimento, revelando que as imagens escolares funcionam como signos que indicam, simultaneamente, uma prática pedagógica e uma cultura institucional. Ao tratar as fotografias como documentos históricos, conforme fundamentado em Albuquerque, Klein e Picoli, permitiu-se observar que tais registros não são meras ilustrações, mas objetos materiais inscritos numa dupla dimensão: representam cenas de sala de aula e, ao mesmo tempo, carregam marcas de sua produção, circulação e preservação. Essa leitura ampliada ajudou a compreender aspectos que vão desde a disposição das mesas em semicírculo, sinalizando práticas interativas, até a presença da professora observando atentamente, indicando uma postura mediadora e cuidadosa.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribuiu ao articular dois eixos fundamentais: O campo da Educação Especial, à luz da legislação da época de 1950 à 1970, que ilumina o processo de transformação institucional vivido pela escola; e o campo da análise de imagens e da semiótica através das fotografias do acervo escolar, que forneceu um instrumental capaz de revelar sentidos pedagógicos nem sempre explícitos em documentos escritos.

Essa interseção teórico-metodológica se mostrou especialmente importante para compreender práticas historicamente silenciadas, sobretudo as experiências de estudantes oriundos de contextos de institucionalização psiquiátrica.

Além disso, o estudo permite dar visibilidade à importância das escolas que, como a Maria das Dores, trabalham com um público historicamente marcado por violações de direitos. Ao reconhecer a singularidade desses sujeitos, muitos deles egressos de instituições totais e vítimas de décadas de exclusão, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que respeitem trajetórias e demandas específicas. Embora o discurso da inclusão tenha criticado a segregação escolar, é imprescindível reconhecer que há grupos cujas histórias exigem abordagens cuidadosas, e que o atendimento especializado pode se constituir como espaço de dignidade, memória e reconstrução de laços sociais.

Outro ponto relevante diz respeito ao papel das fotografias como fontes historicamente injustiçadas. Frequentemente relegadas ao lugar de “ilustrações”, elas se mostraram, neste estudo, documentos fundamentais para reconstruir práticas e imaginar o cotidiano escolar em diferentes épocas. O uso da semiótica

permitiu identificar diversos níveis de significação: o nível icônico (o que é visível), o índice (os indícios de práticas e relações) e o simbólico (as normas, valores e representações). Essa tríade possibilitou compreender que os modos como as crianças se sentam, manipulam objetos, interagem entre si ou se relacionam com a professora revelam concepções pedagógicas e institucionais enraizadas.

Entre as principais contribuições deste trabalho, destaca-se, primeiramente, a valorização da história local, muitas vezes ausente ou apagada nas narrativas oficiais da Educação Especial. Ao recuperar a trajetória da Escola Estadual Maria das Dores de Souza, o estudo evidencia a importância de reconhecer experiências institucionais singulares e suas formas próprias de organizar o cuidado e o ensino. Soma-se a isso o reconhecimento da fotografia como um documento histórico e pedagógico fundamental, capaz de iluminar práticas, espaços e relações que não aparecem nos registros textuais tradicionais.

O trabalho também contribui para o fortalecimento de uma leitura crítica das políticas de inclusão, demonstrando que sua implementação produz efeitos distintos conforme o contexto institucional e o perfil do público atendido. Outro ponto relevante é a construção de uma análise sensível às especificidades dos estudantes da escola, especialmente aqueles provenientes de residências terapêuticas, cuja trajetória é marcada pela desinstitucionalização psiquiátrica e por décadas de violações de direitos. Por fim, o estudo aprofunda a articulação entre teoria semiótica e campo educacional, abrindo possibilidades para novas investigações que explorem a potência das imagens enquanto fontes para compreender práticas pedagógicas e culturas escolares.

Quanto aos possíveis desdobramentos futuros, diversos caminhos se apresentam. Em primeiro lugar, seria relevante ampliar o corpus documental, incluindo entrevistas com professores, funcionários e ex-alunos, permitindo cruzar a leitura das imagens com memórias orais e trajetórias individuais. Em segundo lugar, a análise poderia ser estendida a outros acervos do município, contribuindo para a construção de uma história mais ampla sobre as práticas da Educação Especial em Juiz de Fora. Além disso, seria interessante desenvolver projetos de extensão que envolvam a própria escola Maria das Dores na preservação e digitalização de seu acervo fotográfico, garantindo que esses materiais sejam conhecidos e utilizados para formação docente, pesquisa e memória institucional.

Finalmente, espera-se que este trabalho possa inspirar novas pesquisas comprometidas com a valorização da fotografia como fonte histórica e com a reconstrução crítica das práticas educativas dirigidas a pessoas com deficiência. Em um contexto em que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos, compreender a história em suas imagens, documentos e memórias torna-se um ato político e ético. Ao olhar para o passado da Escola Maria das Dores, reafirmamos que práticas de cuidado, acolhimento e educação humanizada são possíveis, necessárias e profundamente transformadoras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisbel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 297-305, jul./set. 1987.
- BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 03 dez. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 28 nov. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 28 nov. 2025.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Cultura e folclore do Brasil**. Rio de Janeiro: Global, 2004.
- LOBATO, Luana Teixeira. **Educação especial em Juiz de Fora**: apontamentos históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora na década de 1950. (2025) Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.
- MINAS GERAIS. Constituição (1927). Decreto n.º 7.970-A, de 15 de outubro de 1927. **Aprova o Regulamento do Ensino Primário**. 2 ed. Uberaba, MG. 15 out. 1927. p. 1139-1299. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236217>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- PICOLI, Bruno Antônio. História e Fotografia: algumas considerações. Edição Especial, p. 73-84. Joaçaba: **Visão Global**, 2012.
- SOUZA, Beatriz Gomes de. **As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 e 1979**. (2023) Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.